XI SEMANA UNIVERSITÁRIA DA URCA E
XXIX Semana de Iniciação Científica
Ciência, Inovação e Transformação Social no Semiárido
16 a 19 de Novembro de 2026
URCA-Universidade Regional do Cariri - Campus Iguatu
PRPGP- Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa

MÃE PRESENTE! UMA ANÁLISE DO DIREITO À EDUCAÇÃO E À PERMANÊNCIA DAS MÃES UNIVERSITÁRIAS NA UNIVERSIDADE REGIONAL DO CARIRI – CAMPUS AVANÇADO DE IGUATU

Kelvy Rucielly Souza[1], Francisco Cláudio Oliveira Silva Filho[2]

Resumo: Diante da realidade exaustiva vivenciada por mães universitárias, que enfrentam diariamente à tripla jornada, dividida entre maternar, trabalhar e estudar, torna-se necessário não apenas o suporte familiar, mas o amparo das Instituições de Ensino Superior (IES) para continuar a vida acadêmica. Embora o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) tenha sido instituído em 2010, ainda persistem inúmeros desafios para a efetivação da assistência estudantil às mães discentes no ensino superior. Nesse contexto, o estudo visa analisar as políticas de assistência estudantil destinadas às mães universitárias da Universidade Regional do Cariri (URCA) – Campus Avançado de Iguatu (CAI), identificando os auxílios, os programas e projetos implementados sob a ótica do direito à educação e à permanência na universidade. Metodologicamente, esta pesquisa tem característica exploratória e fundamenta-se na abordagem qualitativa com caráter dialético. O trabalho também utilizou a pesquisa bibliográfica a partir das produções científicas e, a documental baseada na análise de leis, editais e chamadas públicas divulgadas no site oficial da URCA. Os resultados explicitam a escassez de normativas, programas e projetos voltados às mães discentes da URCA e uma determinada instabilidade financeira para custear tais ações por parte do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP). Além disso, identificou-se a exigência do cumprimento de 20 horas/semanais como critério para recebimento e manutenção do auxílio estudantil. Trata-se de uma condição controversa que revela sua contradição, conforme aponta a literatura científica da área. Evidencia-se também alguns avanços na implementação da política de assistência estudantil na universidade investigada: inclusão de mulheres trans, reserva de 5% das vagas para pessoa com deficiência e a ampliação da idade da criança. Conclui-se, de forma preliminar, que, para assegurar o direito à educação e à permanência de mães discentes, a universidade necessita consolidar políticas de assistência estudantil contínuas e garantir que as vozes das estudantes-mães se materializem na construção de tais políticas.

Palavras-chave: Mães universitárias. Assistência estudantil. Permanência.

1. Introdução

Por séculos a mulher foi excluída do ambiente acadêmico e aprisionada aos cuidados domésticos. A partir do ativismo feminino, as mulheres passaram a reivindicar o direito ao nível superior. O acesso foi consolidado a partir dos anos 70, sobretudo nos cursos de magistério.

1 Universidade Regional do Cariri, email: kelvy.souza@urca.br
2 Universidade Regional do Cariri, email: claudio.silva@urca.br

Para Nunes e Silva (2020, p.45) "não basta apenas viabilizar o ingresso na universidade, faz-se necessário garantir meios para a conclusão dos cursos".

Nessa atmosfera, surge o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), regulamentado pelo Decreto nº 7234 de 19 de julho de 2010, com a finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal. (Brasil, 2010). O programa inaugurou a assistência estudantil de forma sistemática nas universidades públicas.

De acordo com Silva e Souza (2025) pesquisas evidenciam que a divisão do tempo entre o cuidar e o estudar gera impactos emocionais profundos, sobrecarregando a trajetória acadêmica das estudantes mães.

Diante disso, esta pesquisa orienta-se pelo seguinte problema: quais são as políticas de assistência estudantil existentes na Universidade Regional do Cariri (URCA) – Campus Avançado de Iguatu (CAI) destinadas às mães universitária e de que forma contribuem e/ou limitam o direito à educação e à permanência estudantil?

Assim, o estudo tem como objetivo analisar as políticas de assistência estudantil destinadas às mães universitárias, bem como identificar auxílios, programas e projetos implementados. Este estudo integra a escassa literatura que investiga documentos jurídicos para analisar a assistência estudantil às mães discentes. Além disso, novos estudos são necessários para fortalecer as políticas de assistência estudantil e a participação das mães universitárias nas decisões que atendam às suas necessidades reais.

2. Metodologia

A pesquisa tem base qualitativa e caráter dialético. É um método de interpretação dinâmica e totalizante da realidade, considerando que os fatos não podem ser relevados fora de um contexto social, político e econômico (Prodanov; Freitas,2013). O estudo também se caracteriza exploratório. Segundo Gil (2017) proporciona maior familiaridade com o problema, deixando a pesquisa explícita. No tocante aos procedimentos técnicos, utilizou-se pesquisa bibliográfica a partir de produções científicas disponíveis no *Google Acadêmico*, Plataforma Sucupira e *Scielo,* e a documental, baseada nas leis, editais e chamadas públicas publicadas no site oficial da URCA. Por fim, a escolha da universidade investigada justifica-se por compreender que a assistência estudantil às mães

universitárias está sendo construída e que a pesquisa servirá como subsídio para angariar melhorias para o público em tela.

2.1 Referencial teórico

De acordo com Oliveira (2012) a prescrição do direito à educação relaciona-se à ideia da igualdade de todos os cidadãos perante a lei, sendo a responsabilidade do Estado concretizá-la por meio das políticas públicas.

Nesse sentido, para Joaquim (2023) as demandas das mulheres que são mães e estudantes passam desapercebidas no processo de democratização da educação superior, focalizando apenas em creches. Estudar até tarde da noite, levantar-se cedo para trabalhar no dia seguinte, cansaço e realizar as atividades da faculdade com êxito, são algumas situações vivenciadas que geram dificuldades na jornada acadêmica (Fiuza e Barreto, 2025).

É necessário contar com uma rede de apoio efetiva, recebendo suporte de familiares e amigos, bem como das políticas públicas que são capazes de mitigar as barreiras enfrentadas durante a graduação (Dias, 2021).

3. Resultados

Tabela 1 – Resumo das normativas da Universidade Regional do Cariri (URCA) – Campus Iguatu sobre assistência estudantil às mães universitárias.

Normativa	Instituição/ Gestão	Critérios de acesso	Vagas	Observações
Edital 003 /2016- Bolsas de Assistência Estudantil (Auxílios creche)	PROAE/FECOP	- Estudantes matriculados em curso de graduação presencial da URCA e que detenha a guarda do filho na faixa etária de 00 a 04 anos; - Manter atualizado o calendário de imunização, conforme diretrizes do Ministério da Saúde;	05	- Período de vigência: dezembro de 2016;
Chamada Pública- 002/2022- Seleção para acadêmicos em relação a bolsa/auxílio creche para discentes da URCA.	PROAE/FECOP, sob gestão da FUNCAP;	- Idade entre 4 meses e 3 anos e 11 meses de idade ou com deficiência (independente da idade);	35 (todas as unidades)	- A implantação das bolsas dependerá da liberação de recursos;

Chamada pública-002/2026 Seleção de acadêmicas em relação à bolsa para discentes da URCA.	PROAE/FECOP, sob gestão da FUNCAP;	- Frequência mínima de 70%; - Disponibilidade de 20 (vinte) horas semanais; - Idade :4 meses e 5 anos e 11 meses de idade ou com deficiência (independente da idade);	Indefinido	- O número de bolsas e a sua implantação estão condicionadas ao quantitativo de bolsas liberadas pela FECOP; - Período de vigência: dezembro de 2026;

Fonte: elaborado pelo próprio autor de acordo com o edital 003/2016 e as chamadas públicas:002/2022 e 002/2026.

Os resultados indicam a carência de normativas localizadas sobre os auxílios, programas e projetos destinados às mães-universitárias. Destaca-se o número de bolsas que depende do quantitativo liberado pelo Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP). Essa questão fragiliza a política de permanência, deixando as estudantes sem garantia de amparo contínuo. O critério de exigência de 20 horas/semanais para uma mãe discente é contraditório com a literatura contemporânea sobre o tema. Silva et al. (2021) mostram, em estudo empírico, que as mães estudantes enfrentam dificuldades para conciliar os estudos com as tarefas domésticas e o cuidado dos filhos.

As normativas apresentaram um padrão de descontinuidade, comprometendo o direito à educação e à permanência dessas mães estudantes. No entanto, a inclusão de mulheres Trans, a reserva de 5% (cinco por cento) do total de vagas para pessoas com deficiência e a ampliação da idade são avanços significativos. Portanto, há necessidade de acessar dados não identificáveis de domínio público para aprofundamento do estudo.

4. Conclusão

Conclui-se de forma preliminar que para garantir o acesso à educação e à permanência de mães universitárias, necessita-se de políticas de assistência estudantil efetivas e universais. Que este estudo se torne instrumento de tensionamento e fortalecimento entre a comunidade acadêmica, sobretudo entre às mães universitárias da URCA.

5. Agradecimentos

Gratidão ao Prof. Dr. Cláudio Silva pela orientação e pelo incentivo. Ao meu esposo, Domingos Isaias, por cuidar da nossa filha para que eu pudesse concluir esse estudo e à minha filha, Pietra, meu amor maior, por ser fonte de força e resistência.

6. Referências

BRASIL. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em jul.2026.

DIAS, Nayara Cristina Brito. **A conciliação da maternidade e da vida acadêmica**: uma contribuição da gestão pública no combate à retenção universitária. 2021. 81p. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2021. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/15308>. Acesso em: fev. 2026.

FIUZA, Ingrid; BARRETO, J. Maternidade e formação acadêmica: mães discentes e os desafios da permanência no curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação Professor Aldo Muylaert (ISEPAM) - RJ. **Revista Inclusiones**, v. 12, n. 1, p. 111–131, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.58210/fprc3599>. Acesso em: jun. 2026.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.E-book.

NUNES, Cícera; SILVA, Lívia Maria Nascimento. Acesso e permanência na educação superior X exercício da maternagem: entre trajetórias, representações e exigibilidade de políticas estudantis. **Science Publishing Corporation Inc. - International Journal of Engineering & Technology**, v. 4, n. 1, p. 41–79, 2020. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/revistadedireitounb/article/view/28322>. Acesso em: abr. 2026.

OLIVEIRA, Romualdo Luiz Portela de. **Direito à educação e federalismo no Brasil**. 2012. Disponível em: https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/169. Acesso em: jul.2026.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de**. Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. E-book.

SILVA, Elenir Lindaura da; BENÍTEZ, Priscila; MIZAEL, Táhcita Medrado; *et al*. **Retrato das narrativas de mães universitárias no contexto acadêmico**. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/scielopreprints.2577>. Acesso em: nov. 2025.

SILVA, Nazilene Oliveira da; SOUZA, Daniel Cerdeira de. Entre a Universidade e a Maternidade: um Estudo com Mães Acadêmicas do Ensino Superior. **Revista de Ensino Educação e Ciências Humanas**, v. 25, n. 4, p. 880–888, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.17921/2447-8733.2024v25n4p880-888>. Acesso em: mai. 2026.